


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0010043-25.2015.8.26.0566 -**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Aparecido de Souza -**
 Requerido: **EDNEI RODRIGO DA SILVA TORRES**

Aos 25 de novembro de 2015, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Abertas, com as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o autor(a), acompanhado de seu advogado acima destacado. Ausente o(a) ré(u), ou quem pudesse representá-lo, embora regularmente citado(a) e intimado(a) para comparecer à esta audiência. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: **“VISTOS, ETC.** Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9099/95. O réu é revel. Citado pessoalmente (fl. 8), ele não compareceu à audiência e tampouco ofereceu contestação, além de não apresentar justificativa para isso. Reputam-se em consequência verdadeiros os fatos articulados na petição inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95), o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida à míngua de elementos consistentes que se contrapusessem a tanto. Ressalvo, por oportuno, que em caso de descumprimento da obrigação que será imputada ao réu a imposição de multa transpore desnecessária, buscando-se a solução da questão diretamente perante a CIRETRAN. A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, com a imposição ao réu da obrigação postulada e, em caso de descumprimento, a expedição de alvará para a devida regularização da situação posta. Aliás, essa última alternativa transpore adequada para que os registros administrativos concernentes ao automóvel guardem ligação com a situação fática, cumprindo enfim a finalidade precípua para a qual se destinam. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a providenciar os documentos necessários para transferir o automóvel indicado nos autos para o nome do autor, no prazo de cinco dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado. Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelo réu da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o autor, dando-se por suprida a assinatura do réu para que isso sucedesse. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE”.** *Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Igor Carlos Ortega, Chefe de Seção Judiciário, digitei.

Requerente(s):

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA